TIBUTOS: QUE HISTÓRIA É ESSA?

Professores das disciplinas de História, Matemática e Sociologia discutem e apresentam uma proposta de atividade interdisciplinar sobre o documentário *Tributos: Que História é Essa?*, que mostra a história e a trajetória dos impostos, passando por conceitos de democracia e cidadania.

CONSULTORES

Professora Abigail Fregni Lins - Educação Matemática Professora Denise Mendes - História Professora Clarice Cohn - Antropologia Social

TÍTULO DO PROJETO

O que vem a ser um orçamento escolar?



❖ MATERIAL NECESSÁRIO PARA REALIZAÇÃO DA ATIVIDADE:

Documentação do orçamento da Escola

- b. Documentação de verbas recebidas pela Escola
- c. Computadores, Data Show e Internet para realização de pesquisas
- d. Livros indicados na bibliografia
- e. Papel sulfite, kraft ou cartolina para painel comparativo de História
- f. Canetas coloridas ou lápis de cor
- g. Caderno, caneta, borracha, régua.

❖ PRINCIPAIS CONCEITOS QUE SERÃO TRABALHADOS EM CADA DISCIPLINA



EDUCAÇÃO MATEMÁTICA

- ✓ Levantamento e Coleta de dados
- ✓ Construção de Tabelas
- ✓ Leitura de Tabelas
- ✓ Construção de Gráficos
- ✓ Leitura e Interpretação de Gráficos
- ✓ Cálculos Numéricos e Algébricos
- ✓ Cálculos de Juros e Porcentagens
- ✓ Regra de Três



HISTÓRIA

- ✓ Tributos
- ✓ Surgimento das cidades
- ✓ Feudalismo
- ✓ Mercantilismo
- ✓ Colonialismo
- ✓ Constituição



ANTROPOLOGIA SOCIAL

- ✓ Sistemas políticos
- ✓ Diversidade cultural
- ✓ Economia de subsistência



❖ DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE

Principais etapas e estratégias para trabalho interdisciplinar sugerido

A partir do vídeo/documentário Tributos: que história é essa?, a proposta interdisciplinar, que envolve as disciplinas de Matemática, História e Sociologia, será um projeto, tendo como produto final a análise feita pelos alunos do orçamento da própria escola: Quais são os gastos? Como são gastos? Quanto a escola recebe de verbas? Como estas verbas são distribuídas?

Neste projeto, os alunos ficarão cientes sobre a Constituição de 1988, que criou a Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO), que juntamente com a Lei de Responsabilidade Fiscal, é peça obrigatória da gestão fiscal dos poderes públicos. Sendo a escola pública, os alunos entenderão o "caminho" das verbas recebidas pela escola de que fazem parte, podendo até mesmo, ao final de suas análises sobre o orçamento de sua escola, sugerir mudanças. O propósito deste projeto é despertar a noção de cidadania nos alunos, fazer com que eles percebam a importância de estarem a par de como as verbas recebidas são distribuídas ou gerenciadas pela sua escola, para que possam estar cientes das dificuldades e/ou possibilidades de melhorias.

Deste modo, os alunos, das três disciplinas, assistirão ao vídeo/documentário ao mesmo tempo: juntos, se houver um auditório na escola que os comporte, ou em cada uma das aulas. Após exibição do vídeo, os professores de Matemática, História e Sociologia, proporão aos alunos o projeto descrito acima.

Para isso, será trabalhada com os professores de História e Sociologia uma retrospectiva mais aprofundada da história da tributação e dos tipos de governo em épocas e sociedades distintas, como descrito abaixo.

Com o professor de Matemática, se iniciará uma "busca" de documentações na escola, com o gestor maior, sobre gastos da mesma, descrição dos mesmos, verbas recebidas, mensais e anuais. Após coletado todo o material, se iniciará o "estudo" destes documentos, construção de tabelas, de gráficos, e se "mapeará", matematicamente falando, todo o orçamento escolar, e se estudará de que maneira a escola vem administrando o todo e se haveria possíveis melhoras nesta administração. Maior ênfase será dada na Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO) e em todos os pontos abordados pelos professores de História e Sociologia, já que todos estarão trabalhando de modo interdisciplinar.

Neste sentido, se estará trabalhando uma matemática crítica, conscientizando os alunos da importância dos cálculos para um bom entendimento de como as verbas recebidas pela escola são gerenciadas. O trabalho realizado na disciplina de Matemática se dará ao longo dos trabalhos, descritos abaixo, pelos professores de História e Sociologia, pois os mesmos trarão conhecimentos históricos e sociológicos sobre taxas e tributos, algo fundamental para o entendimento da análise que os alunos farão do orçamento de sua própria escola. Ao final do projeto, os alunos apresentarão a toda a escola a análise feita, tornando seus colegas conscientes sobre o orçamento escolar, ganhos e gastos, provocando neles a noção de cidadania.

A seguir, descrição do trabalho a ser realizado nas aulas de História e Sociologia.

Na disciplina de História, o professor proporá aos alunos uma retrospectiva mais aprofundada da história da tributação em diferentes épocas e sociedades. Como o documentário faz isso muito resumidamente, é pertinente escolher algumas sociedades e/ou épocas para estudar a relação entre governos e tributação.





Esse trabalho proporciona o entendimento da historicidade do conceito, bem como o conhecimento do papel dos tributos e sua relação com governos, religião, Estado, economia, etc.

Para motivar os alunos a refletirem sobre o tema – por vezes bastante árido – o professor pode partir de uma situação do presente, propondo um desafio. Os alunos sabem quais tributos pagam – direta ou indiretamente? Conhecem o impacto desses tributos nos bens de consumo e serviços que pagam ou usufruem? Qual o destino dos tributos arrecadados pelo Estado?

Após uma rodada de levantamento de conhecimento prévios, com registro das informações na lousa e cadernos, os alunos partem para uma pesquisa sobre as questões propostas anteriormente. Devem procurar informações oficiais — como as disponíveis nos sites governamentais — bem como dados organizados por ONGs, institutos de pesquisa, associações comerciais, imprensa, etc.

Os dados coletados são apresentados à classe, com discussão dos resultados.

Qual a origem dos tributos? O documentário busca responder essa pergunta. Para tal, fazse necessário um trabalho de investigação ao longo do tempo. O pagamento de tributos aparece geralmente relacionado ao surgimento de sociedades mais complexas, por volta de 6 mil anos atrás, na Mesopotâmia (atual Iraque). Essa região, localizada nos vales férteis dos rios Tigre e Eufrates, foi ocupada pelos sumérios, acadianos, babilônios, assírios e caldeus, antes de serem conquistados pelos persas. Nela surgiram civilizações, com culturas que incluíam sociedades hierarquizadas, governos centralizados, administração, legislação e práticas religiosas. É dessa época o mais antigo conjunto de leis de que se tem notícia – o Código de Hamurábi, rei do primeiro Império Babilônico.

Também nesse período, há a civilização do Egito Antigo, com o governo teocrático dos faraós, sociedade hierarquizada e religião politeísta.

Esse dois exemplos de sociedades da Antiguidade, em regiões distintas, podem ser estudados pelos alunos a fim de conhecerem e sistematizarem as práticas relacionadas ao pagamento de tributos, seja para o governo (Estado) ou para seus deuses.

Outro bom exemplo é o Império Romano do Ocidente. A construção e manutenção do império, entre os séculos I a.C. e V d.C., tinha como um de seus pilares a escravização dos conquistados e o pagamento de impostos ao imperador.

Uma sugestão é organizar com os alunos um painel comparativo com algumas dessas sociedades antigas, para que eles sistematizem informações como: tipo de governo, composição social, tipos de tributos, religião etc.

Outro período histórico significativo para uma investigação (e posterior comparação com a Antiguidade) é a Idade Média. Nesse período o pagamento de imposto concentrava-se num grupo social: os servos. Esses eram obrigados a pagar para o senhor feudal uma série de impostos em troca do uso da terra. Solicite que façam um levantamento dessas taxas (corvéia, talha, banalidade, dízimo etc.), seu significado e impacto na vida do trabalhador servil.

Cabe ao professor a seleção dos períodos que considera significativos para a discussão da relação entre os tributos e a organização político-social vigente.

Uma segunda etapa da investigação sobre o tema está focada no contexto nacional, divididos entre Colônia, Império e República.

Iniciando pelo Brasil Colonial (entre os séculos XVI e início do XIX). Nesse período, a relação do pacto colonial imposta por Portugal definia uma série de impostos e taxas à produção brasileira. Para entender a relação entre metrópole e colônia, os alunos necessitam contextualizá-la no Mercantilismo e relacionar tais tributos com as práticas econômicas do período. Existiam três grandes modalidades de impostos: quinto (que era a quinta parte da





produção aurífera), Direitos Régios (que era um imposto de importação) e Dízimo Real (que era um imposto sobre os produtos agrícolas e o trabalho do lavrador). Como funcionavam esses tributos? Qual(is) sua(s) função(ões)? Como a sociedade colonial reagiu a eles?

Um salto cronológico pode ser feito para que os alunos entendam a mudança ocorrida entre o período colonial (quando Portugal fazia as leis tributárias de acordo com os seus interesses) e o período republicano. Com a república, Constituições foram feitas para organizar um sistema tributário nacional. Com a Constituição de 1988, criou-se a Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO), que juntamente com a Lei de Responsabilidade Fiscal, é peça obrigatória da gestão fiscal dos poderes públicos. A LDO deve informar aos cidadãos antecipadamente as medidas tributárias, que serão alteradas e/ou adotadas no ano seguinte, entre outros aspectos.

Com esse panorama histórico, os alunos podem entender as diferentes práticas tributárias adotadas ao longo da história, percebendo as funções e motivos de cada uma deles ter sido adotada.

Nessa perspectiva, não cabem julgamentos e comparações anacrônicas, estabelecendo uma linha evolutiva linear. As diferentes aplicações de tributos estão relacionadas aos seus contextos culturais e econômicos.

Nesse sentido, a parceria com a disciplina relativa às Ciências Sociais é fundamental, pois os alunos podem investigar outras sociedades e práticas diferenciadas das estudadas na disciplina de História e/ou citadas pelo documentário. Propomos então um trabalho que comporá esse esforço interdisciplinar e que tematizará conceitos e buscará informações relativas a outras populações, pretéritas ou contemporâneas, que desenvolveram e podem utilizar até hoje outros saberes matemáticos e outras formas de governo e tributação.

Com relação à disciplina de Sociologia, uma interessante discussão refere-se a modos de produção. Isso porque é freqüente que imaginemos apenas o mundo a partir da produção mercantil, que conta com excedentes e lucros, armazenamento, distribuição e comercialização de produtos cultivados ou manufaturados/industrializados. No entanto, até hoje vários segmentos da população nacional, e muitos povos do mundo, praticam um tipo de economia e de produção econômica que não visa o lucro e o excedente, e que normalmente são chamadas de "economias domésticas" ou "de subsistência", mas que devem ser vistas não como se fosse incompletas ou menos desenvolvidas, mas como uma opção cultural. São povos e culturas que valorizam e enfatizam outras coisas, e que o antropólogo americano Marshall Sahlins chamou, para ir contra a idéia de que essa opção faz parte de uma fase superada da história ou que deva ser superada por ser da miséria, de "primeiras sociedades da abundância", na qual o homem produz o que necessita tendo mais tempo livre, de lazer e para produzir outras coisas que na sociedade mercantil, industrial, capitalista. Um exercício de discussão e pesquisa sobre isso, que pode começar com reflexões sobre esses modelos alternativos, seja de populações tradicionais, como as ribeirinhas, ou quilombolas, ou de experiências contra-culturais, como foi o movimento hippie.

Intimamente relacionado a isso, será também interessante discutir outras formas de governo. Por exemplo, há aquelas sociedades que Pierre Clastres, outro importante antropólogo, chamou de Sociedades Contra o Estado, ou seja, que, ao contrário do que se acreditou por muito tempo, não estão em uma fase pré-estatal de sua história, mas que efetivamente recusam o estado, e criam outras formas de governo, em que o chefe não tem o poder do comando ou o monopólio da violência. Essas opções políticas levam também a outros modos de distribuição de produtos e da produção, que Clastres estudou, em que o chefe acumula não para guardar para si, mas para redistribuir. Uma pesquisa sobre as





sociedades indígenas brasileiras e suas chefias poderá dar ricos exemplos disso e uma boa discussão sobre como se pode redistribuir a produção sem a tributação e o Estado.

Mas pesquisas em outras sociedades americanas podem auxiliar na discussão de como outras formas de governo de tipo estatal, somadas a outros saberes matemáticos e outras técnicas contábeis, podem gerar outras experiências de tributação, dessa vez relativas à hierarquia, à subordinação e à produção de excedentes e ao acúmulo. As sociedades andinas pré-colombianas são bons exemplos disso, em especial o Império Inca, com seu Quipu, instrumento de contagem e contabilidade, e sua máquina administrativa. Pesquisas sobre como se dá essa tributação, a contagem e a recolha dos tributos, em um contexto tão diverso abre a discussão para a diversidade de estados e de saberes matemáticos criados pelas populações humanas.

O professor pode trabalhar essas questões - a da produção econômica que não visa a produção de excedentes, os sistemas políticos das sociedades indígenas americanas, estatais ou não, e as formas de distribuição e tributação nelas praticados dividindo a turma em grupos de 2 a 3 alunos, que se responsabilizariam pela pesquisa sobre uma dessas situações - a chefia e a distribuição de bens indígena; as sociedades andinas pré-colombianas e a tributação; e experiências de produção alternativas - cujos resultados serão compartilhados e debatidos com o restante da turma.

Assim, ao fim se terá visto, e se poderá recuperar em um trabalho conjunto das áreas, diversas experiências de tributação e formas de produção e organização política, aliada a uma mais fina percepção da realidade brasileira contemporânea, em que se discutiu mais a fundo os tributos que incidem à população e se exercitou o cálculo na realidade, mais imediata, da educação e do sistema educacional.

Acredita-se ser de três a quatro semanas o tempo ideal para a execução deste projeto interdisciplinar.



❖ ETAPA INTERDISCIPLINAR

Projeto -: O que vem a ser um orçamento escolar?

❖ RESUMO DA ATIVIDADE

Uma passadinha rápida em todo o processo

A exibição do vídeo

B aulas expositivas e investigatórias de História

C aulas expositivas e investigatórias de Sociologia

D aulas investigatórias de Matemática

E trabalho de análise do orçamento da escola

F apresentação das conclusões sobre orçamento e uso, de acordo com o Projeto políticopedagógico da escola.



❖ COMO VOCÊS AVALIARIAM ESSE TRABALHO?

Hora de avaliar a atividade

O trabalho envolve um projeto proposto, que depende das três disciplinas envolvidas, sendo o projeto produto deste trabalho.

Durante o processo, serão feitas investigações, pesquisas, nas aulas de História e Sociologia, e serão estas a serem avaliadas: engajamento dos alunos nas mesmas e resultado de suas pesquisas, realizadas em grupos de 2 a 3 alunos.

Quanto à disciplina de Matemática, será avaliado, em grupos de 2 a 3 alunos, o mapeamento do orçamento da escola: levantamento e coleta dos dados, os cálculos envolvidos, a construção e leitura e interpretação de tabelas e gráficos e apresentação da análise.

Para todas as disciplinas, a apresentação final, o projeto como um todo, será igualmente avaliado. A apresentação, feita para todos os colegas da Escola, envolverá dados das investigações feitas nas aulas de História e Sociologia e a análise do orçamento escolar feito nas aulas de Matemática. Sendo a apresentação uma síntese de todos os trabalhos realizados em grupos nas disciplinas envolvidas, fica a cargo dos alunos e professores a organização da mesma.

❖ EM QUAL ANO OU ANOS DO ENSINO MÉDIO SERIA MELHOR APLICAR ESSE TRABALHO?

Hora de avaliar a aplicabilidade da atividade

Para as disciplinas envolvidas não há pré-requisito para o uso do documentário. Portanto, pode ser trabalhado em qualquer ano do Ensino Médio, salvo alguns tópicos matemáticos. Fica a cargo do professor de Matemática verificar se os conteúdos matemáticos envolvidos no projeto já foram trabalhados.

SUGESTÕES DE LEITURAS

Livros e periódicos:

História

AMED, Fernando Jose; NEGREIROS, Plínio Jose Labriola de Campos. <u>Historia dos Tributos no Brasil</u>. São Paulo: Nobel, 2000.

Esta edição apresenta e analisa a história das formas e práticas tributárias no Brasil - da chegada dos portugueses até os dias atuais. Cada uma dessas práticas é analisada levando-se em conta o momento histórico em que está inserida, buscando-se assim uma compreensão geral dos momentos-chave da história brasileira e sua relação com a questão fiscal. O livro preocupa-se ainda em resgatar o modo como a sociedade tem se relacionado com os tributos. Deste modo, além de mostrar quais os impostos, taxas e contribuições foram estabelecidos ao longo da história do País, bem como os órgãos que os estabeleceram, os autores enfocam também os processos de resistência às políticas tributárias, concretizados por meio de sonegações ou rebeliões.



Sociologia

D'AMBROSIO, U. <u>Etnomatemática</u>: <u>Arte ou técnica de explicar e conhecer</u>. São Paulo: Editora Ática, 1998. 88p.

D'AMBROSIO, Ubiratan. Etnomatemática: Elo entre as tradições e a modernidade. 2ed. Belo Horizonte: Autêntica. 2005.110p.Tendências em educação matemática.

FERREIRA, E.S. <u>Etnomatemática: Uma proposta metodológica</u>. Rio de Janeiro: MEM/USU, 1997. 101p. (Série Reflexão em Educação Matemática, 3).

FERREIRA, Mariana K. Leal. <u>Idéias matemáticas de povos culturalmente distintos</u>. São Paulo: FAPESP: Global, 2002. 280p. (Antropologia e educação).

Esses livros auxiliarão os professores a lidar com a discussão de outras formas de se fazer matemática e de se pensar matematicamente.

FAVRE, Henri. A civilização Inca. 2. ed. Rio de Janeiro. J. Zahar. 1990.106p. As Civilizações précolombianas.

de LEÓN, P.C. Grandeza de los Incas. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1997. 79p.

Esses livros poderão servir de fonte de consulta sobre o modo de organização política e econômica inca e sua tributação.

Matemática

SKOVSMOSE, Ole. <u>Educação Matemática Crítica</u>: <u>uma questão de Democracia</u>. Campinas: Papirus Editora, 1ª edição, 2001.

Esta obra desperta no leitor a importância do saber Matemática, em especial com relação à noção de cidadania e democracia. O autor, além de discursar sobre o que vem a ser uma educação matemática crítica, traz na obra exemplos de projetos realizados em escolas dinamarquesas sobre o estudo de distribuição de auxílios governamentais, como auxilio idoso, auxilio criança e auxílio desemprego. Nos projetos é proposto aos alunos que sugiram uma distribuição dos auxílios após se tornarem ciente de como o governo dinamarquês estabelece os mesmos, e quanto de renda se tem para tais auxílios. Uma boa obra para orientar o professor de Matemática no projeto proposto em questão.

MARTINS, Jorge Santos. <u>O Trabalho com Projetos de Pesquisa: do Ensino Fundamental ao Ensino Médio</u>. Campinas: Papirus Editora, 4ª edição, 2005.

Nesta obra o autor descreve as possibilidades de se trabalhar com metodologia de projetos, a nível fundamental e médio. Em especial no Capitulo II, o autor discute o papel do professor no trabalho com projetos, e como este é possível. No anexo da obra, o autor traz alguns exemplos de projetos realizados em escolas, de ensino fundamental e médio, para que o professor tenha idéia de como encaminhar seu próprio projeto.

A obra auxiliará todos os professores envolvidos no projeto em questão, pois discursa também sobre o pesquisar.



SILVA, Jair Militão da. <u>A Autonomia da Escola Pública</u>. Campinas: Papirus Editora, 7ª edição, 2004.

Esta obra desperta no professor, e no aluno, a possibilidade de autonomia escolar, como ela se dá, o que significa e como mantê-la. Uma obra pertinente ao projeto proposto, pois trará conscientização das possibilidades reais em uma escola pública.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro e FONSECA, Marília (orgs.). <u>As Dimensões do Projeto Político-Pedagógico: Novos Desafios para a Escola</u>. Campinas: Papirus Editora, 3ª edição, 2004.

Nesta obra, os autores, em especial nas partes II, III e IV, discutem a (não) participação dos pais na escola; bolsa-escola e renda mínima; avaliação formativa em busca do desenvolvimento do aluno, professor e escola; a identidade do sujeito social, ético e político e do sujeito reflexivo. Estes são pontos que envolvem o projeto em questão, pois nas três disciplinas envolvidas os pontos acima emergirão. Sendo assim, esta obra pode vir a dar subsídios aos professores envolvidos.

Páginas da Rede (internet) que podem ser consultadas pelos professores e estudantes para complementar esse trabalho:

História

- http://leaozinho.receita.fazenda.gov.br/casadostres/casadospoderes_p7.htm página do site do Ministério da Fazenda, com explicações sobre a história dos tributos ao público infanto-juvenil.
- http://www.portaltributario.com.br/tributos.htm página com lista atualizada de tributos (impostos, contribuições, taxas, contribuições de melhoria) existentes no Brasil.
- http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/atribuicoes_01_02.asp página do site da Receita Federal com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
- http://www9.senado.gov.br/portal/page/portal/orcamento_senado página do Senado com o Orçamento da União.

Sociologia

- http://www.klepsidra.net/etnomatematica.html ou http://www.somatematica.com.br/artigos/a7/index.php - texto que apresenta o quipu, instrumento de contagem e contabilidade inca.
- http://www.socioambiental.org/prg/pib.shtm site em que se encontram informações sobre os povos indígenas no Brasil, seus direitos, sua situação atual, e suas organizações.

Quais as principais palavras-chave para busca de mais material na internet?

História
 História dos tributos
 Impostos
 Banalidades
 Mercantilismo
 Brasil Colonial / quinto



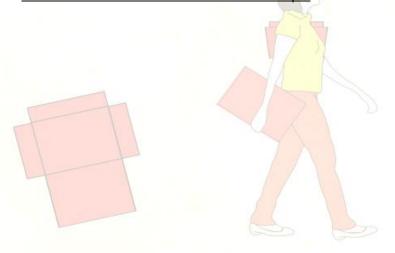


- Sociologia
 Etnomatemática
 Sistemas políticos
 Política indígena
 Império Inca
 Quipu;
- Matemática
 Educação Matemática Crítica
 Metodologia de Projetos

Anexos da Disciplina de História:

I) <u>Tabela de preços e tributos sobre produtos e serviços essenciais:</u> Fonte:

http://www.receita.fazenda.gov.br/publico/EducacaoFiscal/PrimeiroSeminario/22CARGATRIBU TARIAPRODUTOSDECONSUMOPOPULAR.pdf Acesso em 10/10/08.





ALIMENTAÇÃO	PREÇO VAREJO	ICMS		IPI (1)		PIS		COFINS		% TRIBUTOS	VALORES	
		(%)	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	S/PREÇOS	TRIBUTOS	LÌQUIDO
Açúcar - (5 KGS)	4,99	7%	0,35	0%	-	1,65%	80,0	7,60%	0,38	16,25%	0,81	4,1
Agua (Estimada)	50,00	0%	-	0%	-	1,65%	0,83	7,60%	3,80	9,25%	4,63	45,3
Agua Mineral - (1,5 LT) (2)	1,20	18%	0,22	UND	0,02	1,65%	0,02	7,60%	0,09	28,78%	0,35	8,0
Arraz - (5 KGS)	8,58	7%	0,60	0%	-	0,00%	-	0,00%	-	7,00%	0,60	7,9
Banana - (KG)	1,58	0%	-	0%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	1,5
Biscoito - (200 Gramas)	1,18	18%	0,21	0%	-	1,65%	0,02	7,60%	0,09	27,25%	0,32	8,0
Café - (500 Gramas)	4,38	7%	0,31	0%	-	1,65%	0,07	7,60%	0,33	16,25%	0,71	3,6
Carne Bovina - (KG)	5,98	7%	0,42	0%	-	1,65%	0,10	7,60%	0,45	16,25%	0,97	5,0
Carne de Frango - (KG)	2,19	7%	0,15	0%	-	1,65%	0,04	7,60%	0,17	16,25%	0,36	1,8
Farinha de Mandioca (KG)	2,25	7%	0,16	0%	-	0,00%	-	0,00%		7,00%	0,16	2,0
Farinha de Trigo - (KG)	1,85	7%	0,13	0%	-	1,65%	0,03	7,60%	0,14	16,25%	0,30	1,5
Feijäo - (KG)	1,79	7%	0,13	0%	-	0,00%	-	0,00%	-	7,00%	0,13	1,8
Fubá - (KG)	1,25	7%	0,09	0%	-	1,65%	0,02	7,60%	0,10	16,25%	0,20	1,0
Laranja - (KG)	0,99	0%	-	0%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,9
Leite (saguinho) - (LT)	1,15	7%	0,08	0%	-	1,65%	0,02	7,60%	0.09	16,25%	0,19	0,9
Leite Longa Vida - (LT)	1,15	7%	80,0	0%	-	1,65%	0,02	7,60%	0,09	16,25%	0,19	0,9
Macarrão (espaguete)	1.90	7%	0.13	0%	-	1.65%	0.03	7.60%	0.14	16.25%	0.31	1,5
Margarina - (500 GRAMAS)	3.79	7%	0.27	0%	-	1.65%	0.06	7.60%	0.29	16.25%	0.62	3.1
Molho de tomate - (LATA)	1,89	18%	0.34	0%	-	1.65%		7,60%	0.14	27,25%	0.52	1,3
Óleo - (LT)	3,88	7%	0,27	0%	-	1,65%	0.06	7.60%	0.29	16,25%	0,63	3.2
Ovos - (DÚZIA)	1,59	0%		0%	-	0.00%		0.00%		0.00%		1.5
Pão - (ÚNIDADE 50 Gramas)	0.20	7%	0.01	0%	-	1.65%	0.00	7.60%	0.02	16.25%	0.03	0.1
Sal - (KG)	0.99	7%	0.07	0%	-	1.65%		7.60%	0.08	16.25%	0.16	0.8
BEBIDAS	0,00		0,01	0.70		1,0070	0,02	7,0070	0,00	10,2070	0,10	0,0
Cachaça - (LT)	3.45	18%	0.62	8%	0.22	1.65%	0.06	7.60%	0.26	33.65%	1.16	2.2
Cerveia - (LATA) (2)	1,12	18%	0,02	UND	0,10	UND	0,00		0,20	45,06%	0.50	0,0
Refresco em PO - (UNID)	0.78	18%	0,20	0%	- 0,10	1.65%	0.01	7.60%	0.08	27,25%	0,30	0.5
Refrigerante (PET 2 LT) (2)	2.35	18%	0,14	UND	0.19	UND	0.04	UND	0,00	35.99%	0.85	1,5
MATERIAL DE LIMPEZA	2,30	10 /6	0,42	UND	0,18	OND	0,04	UND	0,18	35,8876	0,00	1,0
	2.43	18%	0.44	8%	0.16	1.65%	0.04	7.60%	0.18	33.65%	0.82	1,6
Alcool	2,43	18%	0,44	10%	0.10	1.65%	0.04	7,60%	0,10	35,25%	0,82	1.6
Detergente	0,98	18%	0,18	5%	0,04	1,65%	0,02	7,00%	0,07	31,25%	0,31	0,6
Sabão em Barra	3,98	18%	0,72	5%	0,16	1,65%	0,07	7,60%	0,30	31,25%	1,24	2,7
Sabão em Pó	5,98	18%	1,08	5%	0,24	1,65%	0,10	7,60%	0,45	31,25%	1,87	4,1
HIGIENE PESSOAL												
Absorvente Higiénico	2,28	18%	0,41	0%	-	1,65%	0,04		0,17	27,25%	0,62	1,6
Baton (3)	3,20	25%	0,80	20%		2,20%		10,30%	0,22	46,78%	1,50	1,7
Creme Dental (3)	1,83	18%	0,33	0%	-	2,20%	0,03	10,30%	0,13	26,38%	0,48	1,3
Desodorante (3)	2,50	25%	0,63	5%	0,08	2,20%	0,04	10,30%	0,17	36,73%	0,92	1,5
Papel Higiénico (4 UNIDS)	3,95	18%	0,71	5%	0,16	1,65%	0,07	7,80%	0,30	31,25%	1,23	2,7
Sabonete (3)	0,58	18%	0,10	5%	0,02	1,65%	0,01	7,60%	0,04	30,60%	0,18	0,4
Xampu (3)	3,89	25%	0,97	7%	0,18	2,20%	0,06	10,30%	0,27	38,07%	1,48	2,4
DIVERSOS												
Cigarros - (20 UNDS)	1,80	25%	0,45	30%	0,43	1,65%	0,03	7,60%	0,14	58,25%	1,05	0,7
Energia Elétrica	50,00	30%	15,00	0%	-	1,65%		7,60%	3,80	39,25%	19,63	30,3
Telefone	50.00	25%	12.50	0%	-	0.65%	0.33	3,00%	1,50	28,65%	14,33	35,6

II) <u>Lista atualizada de tributos (impostos, contribuições, taxas, contribuições de melhoria)</u> existentes no Brasil.

Fonte: http://www.portaltributario.com.br/tributos.htm Acesso em 08/10/08.

- 1. Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante AFRMM Lei 10.893/2004
- 2. Contribuição á Direção de Portos e Costas (DPC) Lei 5.461/1968
- Contribuição ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico FNDCT -Lei 10.168/2000
- 4. Contribuição ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), também chamado "Salário Educação" Decreto 6.003/2006
- 5. Contribuição ao Funrural
- 6. Contribuição ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) Lei 2.613/1955
- 7. Contribuição ao Seguro Acidente de Trabalho (SAT)
- 8. Contribuição ao Serviço Brasileiro de Apoio a Pequena Empresa (Sebrae) Lei 8.029/1990



Sala de



SUGESTÃO DE ATIVIDADE INTERDISCIPLINAR

- Contribuição ao Serviço Nacional de Aprendizado Comercial (SENAC) Decreto-Lei 8.621/1946
- Contribuição ao Serviço Nacional de Aprendizado dos Transportes (SENAT) Lei 8.706/1993
- 11. Contribuição ao Serviço Nacional de Aprendizado Industrial (SENAI) Lei 4.048/1942
- 12. Contribuição ao Serviço Nacional de Aprendizado Rural (SENAR) Lei 8.315/1991
- 13. Contribuição ao Serviço Social da Indústria (SESI) Lei 9.403/1946
- 14. Contribuição ao Serviço Social do Comércio (SESC) Lei 9.853/1946
- Contribuição ao Serviço Social do Cooperativismo (SESCOOP) art. 9, I, da MP 1.715-2/1998
- 16. Contribuição ao Serviço Social dos Transportes (SEST) Lei 8.706/1993
- 17. Contribuição Confederativa Laboral (dos empregados)
- 18. Contribuição Confederativa Patronal (das empresas)
- Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico CIDE Combustíveis Lei 10.336/2001
- 20. Contribuição de Intervenção do Domínio Econômi<mark>co CI</mark>DE Remessas Ext<mark>erior Lei</mark> 10.168/2000
- Contribuição para a Assistência Social e Educacional aos Atletas Profissionais FAAP -Decreto 6.297/2007
- 22. Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública Emenda Constitucional 39/2002
- Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional CONDECINE - art. 32 da Medida Provisória 2228-1/2001 e Lei 10.454/2002
- Contribuição Sindical Laboral (não se confunde com a Contribuição Confederativa Laboral, vide comentários sobre a Contribuição Sindical Patronal)
- 25. Contribuição Sindical Patronal (não se confunde com a Contribuição Confederativa Patronal, já que a Contribuição Sindical Patronal é obrigatória, pelo artigo 578 da CLT, e a Confederativa foi instituída pelo art. 8, inciso IV, da Constituição Federal e é obrigatória em função da assembléia do Sindicato que a instituir para seus associados, independentemente da contribuição prevista na CLT)
- 26. Contribuição Social Adicional para Reposição das Perdas Inflacionárias do FGTS Lei Complementar 110/2001
- 27. Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)
- 28. Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
- 29. Contribuições aos Órgãos de Fiscalização Profissional (OAB, CRC, CREA, CRECI, CORE, etc.)
- 30. Contribuições de Melhoria: asfalto, calçamento, esgoto, rede de água, rede de esgoto, etc.
- 31. Fundo Aeroviário (FAER) Decreto Lei 1.305/1974
- 32. Fundo de Combate à Pobreza art. 82 da EC 31/2000
- 33. Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (FISTEL) Lei 5.070/1966 com novas disposições da Lei 9.472/1997
- 34. Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)
- 35. Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) art. 6 da Lei 9.998/2000
- 36. Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização (Fundaf) art.6 do Decreto-Lei 1.437/1975 e art. 10 da IN SRF 180/2002



Sala de



SUGESTÃO DE ATIVIDADE INTERDISCIPLINAR

- 37. Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel) Lei 10.052/2000
- 38. Imposto s/Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)
- 39. Imposto sobre a Exportação (IE)
- 40. Imposto sobre a Importação (II)
- 41. Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA)
- 42. Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)
- 43. Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)
- 44. Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR pessoa física e jurídica)
- 45. Imposto sobre Operações de Crédito (IOF)
- 46. Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS)
- 47. Imposto sobre Transmissão Bens Inter-Vivos (ITBI)
- 48. Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD)
- 49. INSS Autônomos e Empresários
- 50. INSS Empregados
- 51. INSS Patronal
- 52. IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados)
- Programa de Integração Social (PIS) e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP)
- 54. Taxa de Autorização do Trabalho Estrangeiro
- 55. Taxa de Avaliação in loco das Instituições de Educação e Cursos de Graduação Lei 10.870/2004
- 56. Taxa de Classificação, Inspeção e Fiscalização de produtos animais e vegetais ou de consumo nas atividades agropecuárias Decreto-Lei 1.899/1981
- 57. Taxa de Coleta de Lixo
- 58. Taxa de Combate a Incêndios
- 59. Taxa de Conservação e Limpeza Pública
- 60. Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental TCFA Lei 10.165/2000
- 61. Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos Lei 10.357/2001, art. 16
- 62. Taxa de Emissão de Documentos (níveis municipais, estaduais e federais)
- 63. Taxa de Fiscalização da Aviação Civil TFAC Lei 11.292/2006
- 64. Taxa de Fiscalização da Agência Nacional de Águas ANA art. 13 e 14 da MP 437/2008
- 65. Taxa de Fiscalização CVM (Comissão de Valores Mobiliários) Lei 7.940/1989
- 66. Taxa de Fiscalização de Sorteios, Brindes ou Concursos art. 50 da MP 2.158-35/2001
- 67. Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária Lei 9.782/1999, art. 23
- Taxa de Fiscalização dos Produtos Controlados pelo Exército Brasileiro TFPC Lei 10.834/2003
- Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar TAFIC art. 12 da MP 233/2004
- 70. Taxa de Licenciamento Anual de Veículo
- 71. Taxa de Licenciamento, Controle e Fiscalização de Materiais Nucleares e Radioativos e suas instalações Lei 9.765/1998
- 72. Taxa de Licenciamento para Funcionamento e Alvará Municipal
- 73. Taxa de Pesquisa Mineral DNPM Portaria Ministerial 503/1999
- 74. Taxa de Serviços Administrativos TSA Zona Franca de Manaus Lei 9.960/2000
- 75. Taxa de Serviços Metrológicos art. 11 da Lei 9.933/1999
- 76. Taxas ao Conselho Nacional de Petróleo (CNP)





- 77. Taxa de Outorga e Fiscalização Energia Elétrica art. 11, inciso I, e artigos 12 e 13, da Lei 9.427/1996
- 78. Taxa de Outorga Rádios Comunitárias art. 24 da Lei 9.612/1998 e nos art. 7 e 42 do Decreto 2.615/1998
- 79. Taxa de Outorga Serviços de Transportes Terrestres e Aquaviários art. 77, incisos II e III, a art. 97, IV, da Lei 10.233/2001
- 80. Taxas de Saúde Suplementar ANS Lei 9.961/2000, art. 18
- 81. Taxa de Utilização do MERCANTE Decreto 5.324/2004
- 82. Taxas do Registro do Comércio (Juntas Comerciais)
- 83. Taxa Processual Conselho Administrativo de Defesa Econômica CADE Lei 9.718/1998

